DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS
Gabinete da Democracia, Direitos Humanos e Trabalho

9 de Setembro de 2014

PAINEL DE DEBATE

**Ex-Congressista Barney Frank,
Wade Henderson e Judith Heumann**
Moderado por Judith Woodruff da PBS NewsHour
Acerca do Activismo dos Cidadãos: Forjar Alianças para os Direitos Civis

9 de Setembro de 2014
Estúdio de TV Knight
Washington, D.C.

SRA. WOODRUFF: Olá, sejam bem-vindos. Sou a Judy Woodruff da PBS NewsHour e estou encantada por estar aqui esta manhã no Newseum para vos dar as boas-vindas ao lançamento da próxima Série de Compromissos Globais acerca do Estado dos Direitos. Como todos sabem, este é um debate que estamos a ter sobre Activismo dos Cidadãos: Forjar Alianças para os Direitos Civis. Temos connosco um extraordinário grupo de pessoas neste painel e estou encantada por poder falar com eles acerca deste assunto esta manhã.

Vou apenas mencionar alguns aspectos para dar uma ideia daquilo de que estamos a falar. Cada um deles conta com uma extraordinária carreira que os traz até este debate acerca dos direitos civis com diferentes perspectivas.

Deixem-me começar à vossa direita e à minha esquerda. Judy Heumann: Ela é a Assessora Especial para os Direitos Internacionais dos Portadores de Deficiência do Departamento de Estado. Anteriormente foi Directora do Departamento de Serviços de Apoio a Pessoas com Deficiência do distrito de Columbia, onde foi responsável pelos Serviços de Reabilitação e Administração de Desenvolvimento das Deficiências.

A seu lado está Wade Henderson, da Conferência de Liderança sobre Direitos Civis e Humanos, bem como do Fundo Educativo da Conferência de Liderança. Ele é o seu Presidente e CEO. O Sr. Henderson lidera esta organização, a maior coligação de direitos civis e humanos da nação, responsável, pela diversidade dos seus membros, por mais de 200 organizações nacionais.

E, por fim, ao meu lado está o ex-Representante dos Estados Unidos, Barney Frank. Ele foi congressista do estado do Massachusetts durante mais de três décadas e desempenhou um papel fundamental em algumas das mais importantes acções legislativas da história recente do nosso país, incluindo a revogação da lei “não perguntes, não digas” (“don’t ask, don’t tell”). Ele esteve, claro, muito envolvido na legislação que se seguiu ao colapso económico, a lei da execução das hipotecas das casas, e em tudo o que conduziu a Dodd Frank – a histórica reforma Dodd Frank de Wall Street e a Lei de Protecção ao Consumidor.

Formam portanto um grupo extraordinário. Quero apenas dizer a todos que estamos aqui para olhar para a forma como as coligações realmente ajudaram a definir a história dos direitos

humanos e dos direitos civis nos Estados Unidos e para nos dirigirmos à nossa audiência nacional e internacional, para que esta possa ter uma melhor percepção dos acontecimentos com base em testemunhos de pessoas que viveram o momento da história em que isto aconteceu – de como aconteceu e a razão por que foi importante.

Assim – quero também dizer a todos os que nos estão ver ou a seguir isto online, que nos podem encontrar em #StateofRights. Se quiserem twitar acerca disto façam-no, uma vez mais, em #StateofRights.

Então, Judy Heumann, permita-me começar por si. Este é um assunto que conhece sobejamente. De uma forma breve, fale-nos acerca da coligação em que trabalhou e de que forma ela fez a diferença.

SRA. HEUMANN: Unir a comunidade das pessoas com deficiência desde os anos 70 foi desafiante porque nos estávamos a afastar do modelo clínico, onde os debates eram acerca da cura da deficiência, em direcção a um modelo baseado em direitos. Foi, então, importante para nós fazer com que as pessoas com deficiência reconhecessem que essa discriminação necessitava de terminar, necessitávamos de seguir o modelo que a comunidade dos direitos civis tinha tão espectacularmente desenvolvido, e tornar-nos parte dela. Penso que, ao longo do tempo, as pessoas realmente reconheceram que, independentemente da sua deficiência, a capacidade de se juntarem sob a forma de uma coligação, para, efectivamente, se focarem em pôr fim à discriminação tem sido o que nos tem possibilitado produzir muita legislação que culminou na Lei Americana das Pessoas Portadoras de Deficiência.

SRA. WOODRUFF: Wade Henderson, o seu ponto de vista? Conte – explique brevemente o que foi esta coligação e o que significou para o resultado final.

SR. HENDERSON: Bem, Judy, em primeiro lugar, é uma honra estar aqui com os meus colegas, e este é um assunto tão importante. Quando se pensa no movimento dos direitos civis, está a pensar-se tão simplesmente no movimento de justiça social mais transformador do século XX. Se não tivesse existido a NAACP (Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor), em 1909, certamente não teria existido nenhum Dr. Martin Luther King a liderar os esforços no Alabama e noutros locais para alcançar a justiça social, ele não teria estado nos degraus do Lincoln Memorial, em 1963, e não teríamos o Presidente Barack Obama como o 44º Presidente dos Estados Unidos.

Mas foi, efectivamente, o esforço combinado dos afro-americanos, dos judeus-americanos, do trabalho organizado, que contribuiu para a fundação do movimento de coligação da era dos direitos civis. A Conferência de Liderança é, ela mesma, como recordou, uma coligação fundada por A. Philip Randolph, o primeiro líder laboral afro-americano de relevância, Roy Willkins, Presidente da NAACP e Arnold Aronson do Conselho Consultivo para as Relações da Comunidade Judaica Nacional (National Jewish Community Relations Advisory Council). A ideia de uma aliança na qual as pessoas podem unir os seus esforços para atingir objectivos, muito para além dos que qualquer grupo individual poderia atingir, foi, efectivamente, o predicado fundacional dos esforços para a justiça social de finais dos anos 50 e 60.

E a conquista da mudança é, na maior parte dos casos, feita de uma forma incremental. Antes de termos a Lei dos Direitos Civis de 1964, - da qual estamos a celebrar este ano o seu 50º aniversário – tivemos a Lei de 1957, que nos deu a Divisão dos Direitos Civis no Departamento da Justiça e a Comissão dos Direitos Civis; e tivemos a Lei dos Direitos Civis de 1960 que nos auxiliou na votação. Tudo isto leva tempo e requer mudança, mas apenas em aliança há força e se não estão a ser levadas a cabo políticas de coligação, não está a ser exercida a política da mudança no século XXI.

SRA. WOODRUFF: E, antes de me dirigir ao Congressista Frank, quero só dizer que aguardamos as vossas questões. Quer esteja ao vivo connosco, na assistência, quer esteja a seguir-nos online no twitter. Uma vez mais é #StateofRights. Envie as suas questões, às quais responderemos dentro de alguns minutos.

Mas, Congressista Frank, qual a sua opinião, tendo em vista a sua experiência na construção de uma aliança? Qual foi a aliança e qual a sua importância?

CONGRESSISTA FRANK: Bem, é importante por uma razão que precisa de ser sublinhada. O Wade disse uma coisa muito importante que devemos dizer aos activistas: devemos partilhar a nossa própria experiência; o processo incremental não é apenas aceitável, é que não existe outra alternativa. A alternativa ao incremento do progresso é a estagnação, porque a noção de que em qualquer questão importante é possível passar de 0 a 98% de repente é totalmente errada. E, de facto, o que acontece é que o progresso se constrói passo a passo.

Apenas para comentar, as Leis dos Direitos Civis de 1957 e 1960, eu recordo-as. Eu não estava em exercício do cargo naquela altura, era mais novo, mas lembro-me. Elas foram desvalorizadas por muitos dos maiores militantes activistas, que afirmavam que pouco significavam. Naquele tempo, por si só, não produziram grandes mudanças, mas estabeleceram uma base e fizeram com que fosse mais fácil dar os passos seguintes. Eu tenho tido constantemente essa discussão com muita gente da comunidade Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero (LGBT), porque, por definição, se houver uma sociedade complexa com preconceitos profundamente enraizados – e é exactamente disto que se trata: estarmos a tentar ultrapassar os preconceitos – é preciso tempo para fazê-lo.

O que gostaria de dizer é que a principal forma como o fizemos - e, uma vez mais, é um aspecto que gera alguma controvérsia - marchas, manifestações, elas são muito importantes se forem parte de uma estratégia para mobilizar a comunidade afectada e os seus aliados para, então, levarem a cabo o trabalho político. Manifestações, por si só, nada fazem. Eu tenho como regra que, se estamos realmente comprometidos com uma causa e profundamente envolvidos numa actividade com colegas, pessoas que partilham a nossa visão a 100%, e estamos a agir de forma muito demonstrativa e forte, não estamos, provavelmente, a ajudar, porque estamos simplesmente a reforçar mutuamente emoções fortes e não a chegar até outros.

Estas manifestações podem ser úteis para mobilizar pessoas – e este é o ultimo comentário que farei. Um dos problemas que tenho com alguns dos meus amigos da esquerda é eles repetirem: “Oh, estes políticos só se preocupam com o dinheiro; não lhes dão atenção nenhuma, não ligam aos eleitores”. Bem, eles não ouvem os eleitores que não votam e não ouvem as pessoas que não falam com eles. Mas a realidade é que todos estes movimentos demonstram que, se se conseguir

mobilizar o apoio político dos afectados e dos seus aliados, essa será, em última análise, a forma de levar a cabo a mudança.

SRA. HEUMANN: Penso que vimos na comunidade das pessoas portadoras de deficiência que tivemos que passar para um nível mais profundo. Assim, o desenvolvimento da coligação foi fundamental, a nossa capacidade de articular o tipo de políticas que desejávamos e, realmente, sermos capazes de trabalhar em alguns dos assuntos principais. Assim, no que concerne à deficiência, não se tratou apenas dizer que tínhamos o direito de entrar no autocarro. Tivemos que nos tornar conhecedores acerca do que era preciso fazer para tornar o autocarro acessível. Quando falamos de educação inclusiva e de toda uma variedade de assuntos, temos, efectivamente, que ser capazes de atingir o essencial.

Portanto, as manifestações, como estava a dizer o Congressista, por si só não atingem o fim que pretendemos. E penso que, como a comunidade se tornou mais sofisticada e mais conhecedora, e nos deslocámos para diferentes áreas do conhecimento profissional, isso realmente ajudou-nos a seguir em frente.

SR. WADE: Estes dois pontos, um dos quais o Barney enfatizou, é que votar é a verdadeira linguagem da democracia, Judy. Quero dizer, quem não vota, não conta. E então a verdade é que, se não se usar o voto, maximizando assim a capacidade de se ser ouvido no processo político, então não se é ouvido. Em segundo lugar, as questões dos direitos civis e humanos não são questões partidárias, são questões nacionais. A verdade é que são necessários os votos de ambos os partidos para promulgar nova legislação que conduza à mudança.

No entanto, sem dúvida que existe uma questão de liderança, e temos visto grande liderança entre vários Democratas que tomaram a dianteira na promoção de agendas no que diz respeito às questões da deficiência – estou a pensar em pessoas como Stency Hoyer e Tony Coelho; penso que tanto as questões dos direitos civis como humanos se relacionam com uma vasta gama de comunidades, mas no que concerne aos esforços relacionados com as questões dos crimes de ódio e do LGBT – o Barney Frank tem sido, claramente, um líder. Mas sem o Presidente Eisenhower e a sua vontade de nomear juízes, que realmente ajudaram a transformar o Sul, não estaríamos onde estamos hoje em dia. Foi, obviamente, o Presidente LBJ que marcou o ritmo e ele foi, na minha perspectiva, o mais importante Presidente do século XX. Mas, é preciso dizê-lo, fê-lo baseado em alicerces construídos por ambos os partidos.

Assim, quando combatemos as lutas de hoje, lutas em torno da tentativa de conseguir o direito ao voto no seguimento de uma decisão do Supremo Tribunal – há um ano, o caso *Shelby County v. Holder* foi prejudicial para os interesses de todos os Americanos - e quando tentamos promover os interesses de pessoas portadoras de deficiência através da Convenção dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, um tratado internacional que tem a força e o efeito de lei neste país, formulado segundo a ADA (Associação Americana dos Portadores de Deficiência), mas com uma extraordinária aliança de associações de veteranos – todos os maiores grupos de veteranos do país, o mundo de negócios organizado, tal como a Câmara do Comércio, a IBM e outros – a Coca-Cola, outras grandes companhias, e a comunidade dos direitos civis e humanos esforçando-se colectivamente, sob a liderança dos nossos amigos da comunidade dos portadores de deficiência, para alcançar os direitos e o reconhecimento que estes merecem enquanto cidadãos do nosso país. É o que está a acontecer.

SRA. WOODRUFF: Deixem-me apenas dizer uma vez mais que o hashtag é #StateofRights, se quiserem enviar uma questão através do Twitter. E, de novo, aceitarei perguntas dos que estão na assistência. Quero voltar a si a seguir, Sr. Congressista Frank. Enquanto estou a ouvir-vos ao trê, estou a pensar em que alguns daqueles que estão a ver, ouvir ou ler isto vivem possivelmente em partes do mundo onde ou não têm o voto ou não têm a capacidade de participar de forma tão fácil como o fazem os americanos nos Estados Unidos. Então a minha pergunta é: quando há grupos diferentes que representam diferentes convicções profundamente enraizadas – que provêm de diferentes contextos, sejam eles políticos, religiosos ou étnicos, como começar a quebrar essas barreiras e levar as pessoas a trabalhar em conjunto por uma causa comum?

CONGRESSISTA FRANK: Permita-me – eu apenas gostaria de reforçar, através da experiência histórica, um dos pontos que o Wade salientou acerca da importância da votação, incluindo no movimento dos direitos civis. Eu estava no Mississippi, no verão de 1964, a participar no Verão da Liberdade. E, enquanto lá estávamos, duas semanas depois de três jovens terem sido brutalmente assassinados pelas forças policiais, o Presidente Lyndon Johnson assinou a Lei dos Direitos Civis, que dizia que a partir daquele momento a segregação passava a ser ilegal em locais públicos. Então, passámos a ter o direito, em Jackson, Mississippi, e por todo o Mississippi, a comer juntos ao balcão e a ir ao cinema. E a liderança unificada da Comunidade Afro-Americana, do SNCC (Comissão Estudantil de Coordenação Não Violenta), a SCLC (Conferência de Liderança Cristã do Sul), o grupo do Dr. King, a NAACP, o CORE (Congresso para a Igualdade Racial) e a Liga Urbana instruíram-nos a não tirar partido deste novo direito porque o nosso objectivo no Mississippi era focarmo-nos na negação do direito de voto e percebermos a importância do direito ao voto como forma de conquistar outros direitos. Em grande medida, nós segregámo-nos literal e voluntariamente para nos centrarmos nisso.

No que diz respeito à acção a nível internacional, uma das coisas que penso que podemos fazer – um dos problemas que enfrentamos -- e eu estive envolvido em diversos tipos de lutas contra a discriminação relativa à idade, género, orientação sexual, raça e deficiência. Em todos os casos, os argumentos que ouvimos contra nós são sempre os mesmos, “Nada temos contra essas pessoas, mas seria uma perturbação demasiado grande adoptarmos esta posição, iria provocar isto e aquilo” e logo se segue uma série de histórias horrorosas. E o ponto crucial – e aqui sou um pouco crítico quanto aos meios de comunicação social, porque eles nunca voltam atrás para dizer “Sabem, isto é o que eles dizem acerca disto, e o que dizem acerca daquilo, e aquilo que dizem acerca daquele outro – e as histórias de horror nunca são verdade”.

O triste facto é que as leis anti-discriminação, após algum tempo, tornam-se difíceis de executar por inerência, porque é difícil, quando temos o ónus da prova, demonstrar que alguém estava a ser um intolerante. Uma das coisas que podemos fazer para ajudar num outro lugar do mundo é dizer, por favor, vamos olhar para o que aconteceu na América quando fizemos isso e todos os medos acabaram por não ter fundamento.

A última questão é que eu não sei como aconselhar as pessoas em lugares como o Uganda, e outros, onde as pessoas LGBT estão a ser tão dramaticamente perseguidas. Eu não entendo suficientemente bem essas sociedades. Mas há algo que temos que fazer. Uma das coisas que fizemos na comunidade LGBT, e penso que na comunidade de portadores de deficiência, e

certamente no que respeita à raça, conseguimos aqui suficiente progresso – não 100%, mas progredimos o suficiente nestes aspectos e o nosso estatuto político neste país é suficientemente forte para que possamos ir em auxílio de pessoas que estão a ser perseguidas noutros locais. A América é uma força muito poderosa e estou satisfeito por ver que o Departamento de Estado, por exemplo, está agora muito activo na luta contra a discriminação contra as pessoas LGBT. Claro, olhando para trás, um dos momentos de que mais me orgulho no Congresso foi ouvir Nelson Mandela dizer a membros do Congresso, no Salão Nacional das Estátuas do Capitólio, que se não tivéssemos rejeitado o veto de Ronald Reagan para aprovar uma sanção ao projecto de lei, ele nunca teria saído da prisão.

Desta forma, uma das coisas que nós, que temos tido algum sucesso aqui na América, podemos fazer é usar a influência que temos para irmos em defesa de pessoas noutros locais. E, por fim, dizem-nos: não interfiram nos nossos direitos. Eu fui um dos líderes de uma aliança que se ocupava do alívio da dívida de países pobres altamente endividados, e isso significou centenas de milhões de dólares para o Uganda. E eu não me lembro de nenhum governante do Uganda me ter dito “Como se atreve a conceder-nos um alívio da dívida? Cuide da sua vida”. (Risos.)

SRA. HEUMANN: Judy, eu também gostava de falar de –

SRA. WOODRUFF: Está bem, e depois seguimos para as perguntas. Continue.

SRA. HEUMANN: Quanto à questão do voto, e mesmo em países onde há democracia e as pessoas têm o direito ao voto, a questão para os portadores de deficiência é terem acesso ao voto. Uma das áreas em que estamos a trabalhar, e a trabalhar com comunidades de portadores de deficiência e com governos de todo o mundo, é no sentido de garantir que os locais de voto são acessíveis, que as pessoas podem votar de forma independente, que uma pessoa invisual não tem que ser substituída por pessoas que vêm e que votam em seu lugar e não os informam em quem votaram. Essa é uma questão verdadeiramente básica – o acesso ao voto e confirmar às pessoas portadoras de deficiência que o voto deles efectivamente conta.

SRA. WOODRUFF: E que podem votar. Bom, temos perguntas a entrar que queiram partilhar?

FUNCIONÁRIO: Temos. Hoje muitas das perguntas online dizem respeito às táticas. A Ileana (fonético) de Madrid pergunta: “Como pode um activista que não pode”--

CONGRESSISTA FRANK: De onde é ela?

SRA. WOODRUFF: Madrid.

CONGRESSISTA FRANK: Madrid, certo.

FUNCIONÁRIO: Ela é de Madrid, Espanha.

CONGRESSISTA FRANK: Não é a Ileana da Flórida. (Risos.)

FUNCIONÁRIO: Sim, exactamente. “Como pode um activista que não pode voltar ao seu país promover direitos nesse país?”

SR. HENDERSON: Bem, essa é uma boa questão e, Ileana, muito obrigado por tê-la colocado. E penso que o Barney Frank abriu a porta para a forma como pode ter impacto, particularmente no caso de estar sediada aqui nos Estados Unidos. Olhe, agradeço a Deus pela Primeira Emenda da Constituição, porque ela consagrou aos cidadãos americanos o direito de se expressarem livremente de formas que ajudaram a pressionar os limites. Partimos de um país com uma extraordinária diversidade e forjámos a unidade em torno de determinados valores-chave. Chamamos-lhe os valores americanos, mas esses valores abrangem coisas como poder falar e reunir e as protecções da Primeira Emenda. E graças a Deus pela Quinta Emenda e a Décima Quarta Emenda, pelo devido processo legal e pela igualdade de protecção perante a lei. Estes são os fundamentos que temos utilizado.

Para os estrangeiros que estão neste país, que procuram conseguir a mudança e o impacto nos seus países, levantem a voz de forma a poderem ser ouvidos pelos americanos que adoptam um conjunto de valores que, na maior parte dos casos, vocês estão a tentar promover no vosso país natal. Não que estejamos a tentar exportar a nossa versão da democracia; o que se passa é que a democracia atrai indivíduos que querem expressar-se livremente e alterar as condições em que nasceram. E penso que ao usar a voz aqui, ao tentar organizar apoio para as pessoas que estão nos vossos países natais, isso pode fazer a diferença.

Uma última questão, Judy. Penso nos Roma na Europa. Os Roma são alguns dos cidadãos mais discriminados nos países onde residem; no entanto, a sua capacidade de conseguir a mudança é limitada no contexto Europeu. O mesmo acontece com os negros Europeus que, muitas vezes, residem em países onde a questão da raça não é reconhecida, e, no entanto, eles sofrem de discriminação de forma comparável à que existia neste país. Estabelecer alianças transoceânicas entre organizações não-governamentais que estejam a promover a agenda à volta de questões como, por exemplo, o anti-semitismo que, neste momento, está a aumentar muito na Europa e que está a aumentar noutras partes do mundo. Esse tipo de alianças são necessárias para promover os interesses que partilhamos em comum. E nós, na Conferência de Liderança, e noutras organizações, estamos a usar estas relações para promover esses objectivos.

SRA. WOODRUFF: Barney.

CONGRESSISTA FRANK: Duas questões, uma muito especificamente para aquelas pessoas que são de outros países ou não estão no seu país. Elas podem ajudar, se estiverem na América, a contra-argumentar o seguinte. Sempre que nós, na América, tentamos ir em auxílio de pessoas noutros países, cujos direitos básicos estão a ser negados, um dos argumentos com que nos confrontamos é: “Bem, vocês não conhecem aquela sociedade. Eles não querem o vosso auxílio. Isso é mau para eles”. Foi-nos dito que não deveríamos aplicar sanções à África do Sul, para voltar àquela questão, porque iriam ferir a maioria sul-africana. Uma das coisas que as pessoas podem fazer é dizer: “Por favor, isso não é verdade. Eu sou daquele país e quero que façam isto”. As pessoas que estão aqui podem muito fortemente contrariar o argumento de que, de alguma forma, isto é uma exportação de valores alheios a esse país e que as pessoas do país não os apoiam. Eles são muito, muito, muito eficazes. Trabalhámos numa secção do projecto de lei da reforma financeira – não directamente relacionada com reforma financeira – que restringia minerais e diamantes de guerra e coisas conspurcadas de sangue quando são analisadas.

Disseram-nos que isso era terrível, e houve alguns testemunhos muito eficazes de uma parte do clero em África, dos países afectados, que diziam: “Isso funciona, por favor não caiam nessa”.

Uma outra coisa acerca dos roma que é algo de muito importante. Eu, ocorre-me agora que, como diz o Wade, penso que os roma estiveram entre os grupos que, depois dos judeus, foram o principal – o grande alvo de Hitler. Eu penso que esta é uma das coisas com a qual a comunidade judaica deveria sentir alguma empatia, esta discriminação contra os roma. Certamente, tem existido alguma afinidade entre os judeus e as pessoas LGBT. Isso pode ver-se no Museu do Holocausto. Era isso que queria acrescentar.

SRA. WOODRUFF: Judy.

SRA. HEUMANN: Sem dúvida, na área dos portadores de deficiência estamos sempre a ouvir: “Estamos nos Estados Unidos, não podemos exportar o que fazemos nos Estados Unidos para outros países”. Mas a realidade é que leis como a Lei dos Americanos Portadores de Deficiência são exactamente aquilo de que estão à procura as pessoas nos outros países porque não só a lei é clara e explica detalhadamente uma série de áreas, mas também tem fortes disposições para execução. E isso é algo de que estamos sempre a falar porque muitos países em todo o mundo não têm fortes disposições de execução e, nas áreas dos portadores de deficiência, da raça, etc., a aplicação das leis é de uma importância crítica. Portanto, exportar aquilo que estamos a fazer é algo que as pessoas querem.

SR. HENDERSON: Eu diria apenas, a esse respeito, que é de saudar a Alemanha por, recentemente, ter aberto um monumento à memória de mais de 300.000 pessoas com deficiências mentais e físicas.--

CONGRESSISTA FRANK: Vítimas de Hitler.

SR. HENDERSON: -- as vitimas de Hitler que foram exterminadas durante a Guerra; é um importante reconhecimento que estabelece a fundação para a igualdade das pessoas portadoras de deficiência de uma forma geral. É a razão pela qual ratificar a Convenção para os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência é uma questão tão importante para os direitos civis e humanos neste país.

CONGRESSISTA FRANK: Eu – duas coisas que gostaria de dizer. Em primeiro lugar, um dos argumentos que ouvimos, geralmente por parte dos países mais pobres, países em desenvolvimento, é: “Bem, todos temos que tratar da nossa economia em primeiro lugar”. E, de todos os argumentos anti-discriminação, aquele onde se residia o argumento mais forte é o de que seria demasiado oneroso a nível económico, que é o que acontece com as pessoas portadoras de deficiência – recordo ter ouvido o Clint Eastwood a falar, não para uma cadeira, infelizmente – (Risos) – mas sim para pessoas reais, mas na verdade não me parece que tenha feito muito melhor, queixando-se, enquanto dono de um hotel, da Lei dos Americanos Portadores de Deficiência e de como não poderíamos ter hotéis se não fosse aprovada uma Emenda que ele queria, a qual não foi aprovada, e claro que ela não teve qualquer impacto negativo em ninguém.

Desta forma, documentar a ausência de impacto económico negativo da Lei dos Portadores de Deficiência é muito importante. Mas a outra questão, de que o Wade falava, é acerca da

importância do apoio bipartidário e penso que é algo de muito importante – gostaria que assim fosse – mas tenho que reconhecer a realidade.

SR. HENDERSON: Sim, é difícil.

CONGRESSISTA FRANK: O Tratado Americano – o Tratado Internacional dos Portadores de Deficiência não avançou porque a direita tem este tipo de influência no Partido Republicano, daí que nem a presença de Bob Dole no Senado tenha sido suficiente para conseguir um apoio significativo dos Republicanos.

SR. HENDERSON: É verdade.

CONGRESSISTA FRANK: E, historicamente, progredimos quando tivemos apoio bipartidário. Lamentavelmente, não o temos neste momento por causa do ponto de vista dos Republicanos de que isso é demasiado governo, e eu espero que essa seja uma das coisas que as pessoas possam vir a mudar com o activismo político.

SR. HENDERSON: Bem --

SRA. WOODRUFF: Temos outra – muito rápido, porque queremos responder a mais questões.

SR. HENDERSON: Tenho apenas a dizer que a questão do tratado está pendente por cinco votos e esses cinco votos estão nas mãos de senadores republicanos e, se os conseguirmos, ratificaremos o tratado; se não conseguirmos, isso não acontecerá. Então, a verdade é que necessitamos de cinco, e, sem dizer agora abertamente quem são, passemos a outro assunto. (Risos.)

SRA. WOODRUFF: Outra questão.

CONGRESSISTA FRANK: Eu dou-te os contactos quando não estivermos no ar. (Risos.)

FUNCIONÁRIO: Ótimo. Uma questão da Jennifer. Acho que ela hoje está aqui na assistência. “Como mantêm as alianças depois de legislação fundamental ser aprovada e assinada para implementação, quando começa o trabalho difícil e de pormenor”?

MS. HEUMANN: Bem, no caso da comunidade das pessoas portadoras de deficiência, a aprovação de legislação efectivamente levou estas pessoas a continuarem a querer estar envolvidas porque tínhamos que passar estas coisas do papel para a realidade. Então, o facto é que fomos capazes de obter a 504 e a Lei dos Americanos Portadores de Deficiência a trabalharem em coligação. Penso que estas leis não seriam uma realidade sem um amplo trabalho com as coligações e sem depois obter o apoio para seguir em frente no sentido de fazer as alterações de que necessitávamos nos transportes, na habitação, nos cuidados de saúde e no entendimento básico de que as pessoas portadoras de deficiência têm o mesmo direito aos seus direitos que as outras pessoas. Porque penso que este tem sido um assunto fundamental nos Estados Unidos, e em todo o mundo, o facto de as pessoas ainda olharem para os portadores de deficiência como cidadãos de segunda classe que não podem participar de forma equitativa.

SRA. WOODRUFF: Não se verifica um factor de alguma exaustão por as pessoas terem trabalhado tão duramente para chegar ao ponto em que uma lei muito importante é aprovada?

SRA. HEUMANN: Não, quero dizer, neste caso o governo financiou assistência técnica para os portadores de deficiência e suas famílias. Houve milhares e milhares e milhares de pessoas que foram formadas para poderem, nas suas comunidades, com os seus governos locais e outros, efectivamente trabalhar na implementação, que foi a razão pela qual estas leis foram criadas, em primeiro lugar – para mudar as coisas. E essa foi a única forma de fazer com que isso acontecesse.

CONGRESSISTA FRANK: Tenho que dizer uma palavra em nome de um grupo que também tem sido algo menosprezado e discriminado – os advogados. (Risos.) Porque é aqui que os advogados têm um papel a desempenhar e é importante que exista um núcleo de advogados de defesa do interesse público, pessoas que tenham capacidade financeira, porque a execução, entre outras coisas, necessita dos advogados a dois níveis. Primeiro na redacção da lei. É necessário que pessoas dessas comunidades e simpatizantes participem na redacção das normas de implementação e que possam em seguida processar sempre que haja uma violação. Portanto, ter um núcleo de advogados bem estruturado, que possa participar, é fundamental.

SR. HENDERSON: Barney, isso é tão importante.

SRA. WOODRUFF: É, provavelmente, a primeira vez que ouço os advogados vistos de uma perspectiva tão amigável. (Risos.)

CONGRESSISTA FRANK: Não, eles são fundamentais para isto.

SR. HENDERSON: É um facto, e a Legal Services Corporation é um elemento muito importante nesse contexto, bem como colocar juízes no tribunal que valorizem a importância dos tribunais de uma forma que nem todos fazem, mas é mesmo fundamental.

Só quero sublinhar uma coisa. O Barney mencionou que o impacto, o impacto económico e positivo de alterar a lei, particularmente na área dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, se tem alargado ao país. E penso nas emendas às leis da habitação justa, nas quais o Barney trabalhou em 1988, e que se tornaram lei. Essas emendas definiram códigos e disposições para a habitação dos portadores de deficiência que ajudaram a mudar a América para melhor. O tipo de rampas que temos, as barras de segurança que existem nas casas de banho dos hotéis e a colocação de tiras nas banheiras para evitar o escorregamento. Esse tipo de coisas. As ombreiras das portas mais largas para que as cadeiras possam passar melhor. São elementos universais que são agora integrados em todos os projectos desenhados pelos arquitectos no nosso país. Fizeram com que o mundo fosse não só mais acessível mas melhor. E, para pessoas de uma certa idade, contar com essas ajudas e auxílios nas casas de banho é muito importante. Mesmo – (inaudível) – mesmo que não tenham uma deficiência em particular. É fundamental.

Apenas vou dizer uma outra coisa acerca da sua questão, Judy, acerca de como motivar as pessoas. Penso nas emendas da lei dos crimes de ódio Matthew Shepard/James Byrd de há alguns anos atrás, em 2008. Uma das coisas que a lei produziu foi o alargamento da protecção da nossa lei federal dos crimes de ódio a pessoas da comunidade LGBT. E a recolha de dados é uma

parte muito importante no estabelecimento do limiar de como as leis estão a ser aplicadas. E, com o auxílio deste tipo de critério, o critério do interesse público, torna-se possível fazer uma enorme diferença para melhor.

E assim, depois de uma lei importante ser aprovada, é essencial tentar encontrar um consenso sobre como esta deve ser implementada, preparar um dispositivo de monitorização e um sistema de supervisão que ajude a efectuar a mudança. Razão pela qual, no rescaldo da morte de Michael Brown, em Ferguson, no Missouri, é importante analisar a utilização de perfis raciais e o seu impacto na aplicação da lei, bem como a forma como as forças policiais desempenham as suas responsabilidades; insistir que os agentes da polícia usem câmaras de lapela para que a actividade possa ser monitorizada, tanto para as vítimas potenciais como para os agentes da polícia que agem correctamente. E devemos sublinhar o facto de isto não ser uma condenação da instituição policial americana. A polícia desempenha um papel importante nas nossas comunidades, mas esperamos que as leis sejam aplicadas de forma justa, e percebemos os problemas do preconceito inconsciente, mas isso é ultrapassável com formação, implementação, supervisão e protecção.

Portanto, todas essas coisas estão inter-relacionadas (inaudível).

SRA. WOODRUFF: Próxima questão.

FUNCIONÁRIO: Um espectador online do espaço American Corner do Departamento de Estado na Roménia pergunta: “Qual a emenda que garante a protecção do activismo e da mobilização dos cidadãos”?

SRA. WOODRUFF: Que emenda da Constituição dos Estados Unidos?

SR. HENDERSON: A Constituição dos Estados Unidos.

FUNCIONÁRIO: Sim.

SRA. WOODRUFF: Então é alguém na Roménia que faz a pergunta.

SR. HENDERSON: Adoro isso.

SRA. WOODRUFF: Entendi-o correctamente?

FUNCIONÁRIO: Perfeitamente.

CONGRESSISTA FRANK: Para começar, o texto básico da Constituição diz que nós – efectivamente – no texto básico da Constituição, apenas a Câmara dos Representantes é eleita directamente. As pessoas têm direito ao voto – o direito a votar em delegados para a Presidência e para legisladores estaduais no Senado. A Constituição foi, efectivamente, alterada para dar ao povo uma maior voz na eleição do Presidente. Mas, no que diz respeito às emendas, a Primeira Emenda é muito importante, como o Wade mencionou, porque é o direito à expressão, à organização e à publicação. Mas também muito especificamente nos Estados Unidos existem a Décima Terceira, a Décima Quarta e a Décima Quinta Emendas em particular. A Décima Quinta

Emenda foi necessária por causa da resistência, em algumas zonas do país, a dar o direito ao voto aos afro-americanos. E depois também houve o -- sufrágio das mulheres que está consagrado na Décima Nona Emenda, e existe ainda o voto aos 18 anos de idade, e esqueci-me de qual delas é - Vigésima e qualquer coisa.

Portanto houve Emendas específicas para afro-americanos, mulheres e pessoas com idade inferior a 18 anos, inseridas no corpo de uma Constituição que determina que as pessoas devem votar.

SR. HENDERSON: Judy, vou apenas dizer uma coisa. Eu penso que, se há uma lição que possa ser retirada da experiência americana, é o esforço de tentar transformar a diversidade, que em alguns países pode ser uma força destrutiva contra a mudança, de tentar transformar a diversidade num elemento positivo de crescimento e força. E, quer tenha sido a intenção da experiência americana ou não, nós fizemo-lo. Quando olhamos para esta assistência, quando olhamos para locais de emprego e vemos pessoas de várias diferentes comunidades que estão organizadas, não em torno das suas filiações tribais, mas em torno de um núcleo de valores fundamentais, e esses valores serviram para, efectivamente, promover interesses que partilhamos.

Portanto, quando a Judy Heumann diz, olhem, afastámo-nos do tipo de modelo de solidariedade que previamente definia as pessoas portadoras de deficiência para irmos em direcção a um modelo baseado em direitos, um modelo que deriva, tanto na sua estrutura como no enfoque estratégico, do movimento dos direitos civis afro-americano que serviu como o predicado fundador do movimento das mulheres, do movimento LGBT, do movimento da comunidade das pessoas portadoras de deficiência, do movimento de imigração – acerca do qual ainda não falámos, mas acerca do qual espero ainda que venha a surgir uma questão, porque a imigração continua a ser o actual desafio do nosso país no que respeita à implementação dos nossos valores. E espero também que surjam perguntas sobre o estilo de bipartidarismo, que tem sido evasivo, e isso é absolutamente necessário se queremos que a reforma da imigração se torne lei – espero que tenhamos uma oportunidade para explorarmos esse tema de forma mais aprofundada.

SRA. HEUMANN: Deixem-me apenas dizer que quando as pessoas portadoras de deficiência de outros países vêm aos Estados Unidos, e partem dos Estados Unidos, uma das coisas que dizem é que não se sentem diferentes, apesar da sua deficiência. Sentem que podem mover-se na comunidade, que aqui não são privadas de direitos. E penso que isso é uma coisa muito positiva, e que as nossas leis, quando implementadas eficazmente ao longo do tempo, não só removem barreiras físicas e barreiras noutras áreas, mas através da remoção dessas barreiras permitem às pessoas juntarem-se por todo o país e, realmente, estimarem-se por quem são e não pela sua preferência sexual, raça, deficiência, etc.

SRA. WOODRUFF: Certo. Temos apenas mais cerca de quatro minutos. Temos uma última questão de alguém da assistência ou do Twitter online?

FUNCIONÁRIO: Uma questão final que pode ser um pouco difícil: “Como construir uma coligação alargada quando muitos dos grupos da coligação podem sentir-se preocupados com a ideia de ficarem marcados com o estigma dos outros? Obviamente, os vários grupos são vistos de diferentes formas; então, como se ultrapassa uma questão como esta”?

CONGRESSISTA FRANK: Quero começar por essa.

SRA. WOODRUFF: De onde vem esta pergunta --

FUNCIONÁRIO: Foi de um membro da assistência.

MS. WOODRUFF: Certo, está bem.

CONGRESSISTA FRANK: Eu pego nesta porque ela tem, claramente, o seu maior impacto junto das pessoas LGBT. E uma das coisas – primeiro deixem-me reportar os factos. Entre os mais fortes – de facto, o grupo étnico, o grupo demográfico que tem dado maior apoio aos direitos das pessoas LGBT na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, ao longo do tempo, tem sido o Caucus Negro do Congresso. O Caucus Negro do Congresso tem um histórico muito melhor do que qualquer outro grupo, incluindo os membros homossexuais – não os membros abertamente homossexuais, mas tem tido um histórico melhor do que os membros homossexuais no seu todo. (Risos.) E isso apesar de um esforço consciente de dizer aos afro-americanos e aos hispânicos: “Vocês não devem andar com essas pessoas”.

E digo duas coisas. Em primeiro lugar, isso requer respeito mútuo. Requer apoio mútuo. Não pode ser um esforço em sentido único. Em segundo lugar, requer algum reconhecimento de que isto pode ser difícil. Trabalhei com muitos dos meus colegas afro-americanos que enfrentaram alguma oposição na comunidade religiosa. E houve um caso quando estávamos a criar o projecto de lei dos crimes de ódio e estávamos a falar em caucus, e alguns dos membros afro-americanos que davam muito apoio disseram: “Como vou responder ao argumento do meu pastor de que não poderá pregar que a homossexualidade é errada se permitirmos que isto seja aprovado”? A minha resposta foi que este é um projecto de lei acerca da violência e do abuso físico, e disse-lhe: “Deixe-me dizer-lhe – a melhor maneira para exprimir isto é esta: isto não tem nada a ver com a liberdade de expressão; não quereríamos que fosse mesmo se pudéssemos. Se este projecto de lei se tornar lei amanhã, continuará a ser perfeitamente legal chamarem-me maricas”. E adiantei que, naquela altura, não recomendaria a ninguém no sector bancário que o fizesse. (Risos,) Mas – era uma questão de sensibilidade, por isso eles podiam ajudar a lidar com isso nos seus próprios termos.

Agora aquilo que ajuda é existir algo na experiência das pessoas, de serem injustamente tratadas por causa de algum elemento da sua própria personalidade, que as predisponha a serem sensíveis a estas questões. O mais difícil de momento, penso eu, é o potencial ou o esforço de alguns para marcarem uma linha divisória entre afro-americanos e hispânicos no tocante à questão da imigração, e tentarem falar no efeito que isso provoca no emprego, e argumentarem que, de facto, ter uma vasta força de trabalho ilegal diminui a possibilidade de garantir à força de trabalho legal protecções legais de uma forma executória. Então pensem quais são os pontos potenciais de diferença e abordem-nos.

SR. HENDERSON: Deixem-me só abordar isso.

SRA. WOODRUFF: Só nos resta um minuto, portanto --

SR. HENDERSON: Certo, muito rapidamente.

SRA. WOODRUFF: -- Tem tempo.

SR. HENDERSON: Temos um mantra simples na Conferência de Liderança que é, vejam, se queremos amigos temos que ser amigos. É assim que funciona. E construir coligações requer que - requer que nós - saíamos do nosso contexto individual e reconhecamos que existe força na criação de coligações em prol de um bem maior. Toda a nossa coligação está baseada na premissa de que queremos construir uma América tão boa quanto os seus ideais, e é aí que estamos. Sim.

CONGRESSISTA FRANK: Eu tenho - tenho 30 segundos. (Risos.) Eu fui um líder porque fui presidente da subcomissão aquando da aprovação do projecto de lei que reconheceu os terríveis maus tratos dos japoneses americanos --

SR. HENDERSON: Absolutamente.

CONGRESSISTA FRANK: -- pediram desculpas e concederam alguma compensação. Alguns anos depois houve um debate na Liga dos Cidadãos Japoneses Americanos sobre se se deveria reconhecer o casamento entre pessoas do mesmo sexo numa altura, em finais - no início - quando isto era ainda muito, muito radical. E Normal Mineta, que era o membro dos Japoneses Americanos no Congresso, e que também havia sido colocado num campo durante a guerra, imiscuiu-se nesta outra disputa de uma forma não habitual num membro do Congresso, e disse: "Sabem que mais? Foi um homossexual que conduziu a luta para o projecto de lei para a nossa compensação. Não quero voltar-lhe as costas, nem a ele, nem a pessoas como ele neste momento". Isso para mim destaca-se como um exemplo - e aprovaram a lei. Eles foram uma das primeiras organizações nacionais não homossexuais a aprovar o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

SRA. WOODRUFF: *Post-scriptum* da Judy.

SRA. HEUMANN: Apenas quero dizer à assistência noutros países, que aquilo que foi muito importante acerca do debate de hoje é que a união por meio de coligações e alianças ajuda a fortalecer o nosso país e outros países. A capacidade de se defenderem uns aos outros e de falar acerca dos direitos de todas as pessoas é aquilo que torna os nossos países mais fortes.

SRA. WOODRUFF: Entendem, com certeza, porque é que cada um destes indivíduos é um líder na sua própria comunidade, na coligação que, de forma tão importante, ajudaram a construir. Por isso peço que se juntem a mim num agradecimento a Judy Heumann, Wade Henderson e o Congressista Barney Frank. Muito obrigada. (Aplausos.)

###